

Dívida externa e sucessão

José Carlos Graça Wagner

Em maio de 1981 escrevi um artigo que tinha o título de "Estatização, Fulcro do Processo Político". Não do processo econômico. Naquela ocasião eu procurava sustentar que esse poder político gerado pela estatização cria um produto quimicamente puro, sendo extremamente difícil que algum diluente consiga reduzir essa concentração de poder.

Djillas, no famosíssimo livro "Nova Classe", destaca, sem nenhuma preocupação ideológica — diz que o comunismo depois que assume o poder perde toda característica ideológica —, que o comunismo é um mero sistema de poder, baseado no controle da propriedade dos bens de produção. Di-lo com a autoridade de ter sido governante comunista e de, para dizê-lo, ter de ir direto do cargo de vice-presidente da Iugoslávia para a prisão. De modo que a essência do processo comunista é a estatização dos meios de produção. Ele diz que é impossível ao comunismo se liberalizar, porque, no sistema que lhe é inerente, o poder político decorre não da existência de certa aglutinação de um poder difuso na sociedade, distribuído por diversos segmentos, mas do poder econômico tornado absoluto por aqueles que exercem o poder político. O poder econômico e o político estão de tal maneira em simbiose, de tal modo dependentes um do outro, que ceder qualquer parte do poder econômico, isto é, da propriedade, significa uma rachadura no sistema do poder soviético. Diz Djillas que, quando o comunismo se liberalizar, deixará de ser comunismo, deixará de ser um sistema de poder absolutista, que alcançou nível até hoje desconhecido na história humana.

Importa perceber, portanto, que

a estatização é o centro nervoso de uma nova classe que não larga esse poder político por uma razão muito simples: no sistema democrático e capitalista o poder econômico influencia o poder político. Influencia, mas não domina. Quando alguém é deslocado do poder político — quando perde o poder político, por força do princípio da alternância do comando governamental —, encontra oxigênio no poder difuso na sociedade, porque existe poder na sociedade, existe propriedade privada. Então, ele pode sair do poder sem que isso signifique seu desaparecimento como cidadão. Agora, quando há poder concentrado e alguém sai do núcleo desse poder, e como o exercício da decisão sobre a propriedade depende de se estar no poder político, ele simplesmente fica despedido, não lhe sobra mais nada de participação no poder político, ou qualquer capacidade de exercer a menor influência. Um sistema desses não se dissolve facilmente. Os homens que estão no poder resistem de forma violenta a qualquer concessão em relação ao exercício desse poder. Na medida em que perdem esse poder, perdem todo o poder. E no Brasil realmente vivemos num sistema de concentração de poder, no qual não é possível ao grupo que está no poder aceitar nenhuma alteração fundamental, resultando em verdadeira guerra nacional intestina, diante de qualquer perspectiva de substituição no comando.

Ora, o sistema estatizante brasileiro está sob fogo cruzado. Há, sem dúvida nenhuma, uma verdadeira batalha a favor da desconcentração econômica, e portanto da desestatização. O poder concentrado nas estatais não cederá facilmente, em

face dessa ofensiva. O FMI, de outro lado, vem apresentando, como forma de regularização da nossa situação interna, a redução do déficit público. E as estatais são as grandes promotoras do déficit público. O poder das estatais está, de fato, intimamente ligado ao poder de gastar. Não ao poder de lucrar. O homem da estatal é mais forte na medida em que ele pode decidir sobre gastos. Portanto, ele pressiona a sociedade através do sistema de arrecadação de impostos, porque ele precisa desse poder de gastar. Ora, o FMI passa também a ser, querendo ou não, considerado o inimigo número um do sistema estatizante brasileiro, que tem um poder político imenso. Esse poder das estatais teria imensa satisfação no fracasso de uma política contrária ao crescimento do déficit. A oposição à redução do déficit, precisa, porém, de uma justificação política. Esse pretexto pode ser o nacionalismo. O processo estatizante, que até hoje é pragmático no Brasil, pode vir a ganhar uma coloração nacionalista como forma de autodefesa, como forma de criar uma densidade política suficiente para manutenção do seu poder. E essa manobra pode contribuir para fortalecer os que consideram ser de interesse nacional, por motivos de política de poder mundial, deslocar o País, em termos internacionais, em direção contrária à do mundo ocidental. Um eventual tom nacionalista impõe, necessariamente, um certo palavreado esquerdizante, que de terceiro-mundista tende a passar para uma linguagem mais afinada com a do mundo socialista — já ajudamos o regime político da Polónia bastante, ultimamente —, de modo que esse processo tenderá a ser político, com conotação ideológica,

independente do sentimento ou das convicções das pessoas, dos governantes ou dos dirigentes das estatais — isso pouco importa. Se isso acontecer, com o afastamento do mundo ocidental, poderemos ter um processo interno político de certo grau de repressão. E com uma característica que ocorre em todos os regimes nacionalistas: é que a crítica ao poder público passa a ser traição à pátria. Então seremos todos obrigados a silenciar. Um processo deste tipo pode advir do poder das estatais. Não será, portanto, diretamente esquerdista. De fato, os seus impulsionadores, atualmente pragmáticos, adotam sabor esquerdizante, tal como ocorreu no Egito anticomunista mas aliado da Rússia, até que Anwar Sadat conseguiu restaurar uma política própria e independente dos interesses da União Soviética. O que fica em questão não é a política do FMI em relação ao Brasil, até porque, com sua rigidez não apenas técnica mas de concepção básica, dá sua contribuição inconsciente a esse possível processo político. Trata-se, apenas, de analisar o quadro tal como ele está-se delineando e os pretextos políticos que nada têm que ver com as soluções que interessam ao País, que são apresentadas como mera manobra para acesso ou manutenção do poder como tal e exclusivamente como tal.

Este é o grande risco do processo político que estamos atravessando, porque encontra ressonância em alguns segmentos deste país, acostumados a confundir, algumas vezes, patriotismo com nacionalismo. O primeiro é racional; o segundo, emocional.

Por isso, a questão da Dívida Externa é um dos pontos cardeais da política interna e poderá vir a ser uma das peças de xadrez nos próximos lances sucessórios que, neste país, é o alfa e o ômega de tudo, exatamente pela imensa concentração de poder existente na cúpula do Poder Executivo.